

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO nº , DE SETEMBRO de 2015

(Do Sr. EDMILSON RODRIGUES)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir, à luz dos acidentes em *Three Mile Island*, Chernobyl e Fukushima, os custos, a segurança e a tecnologia utilizada na usina nuclear de Angra III, no Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a., ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir, a luz dos acidentes em *Three Mile Island*, Chernobyl e Fukushima, os custos, a segurança e a tecnologia utilizada na usina nuclear de Angra III, no município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro.

Como forma de enriquecer o debate, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- Sr. presidente da Eletronuclear;
- Sr. presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);
- Sr. representante da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (AFEN);
- Dr. Fernando Amorim Lavieri procurador do MPF;
- Sr. representante da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ).

JUSTIFICATIVA

A usina nuclear de Angra III é parte do Acordo Brasil-Alemanha assinado entre os dois países em 1975, durante a ditadura militar, portanto. As obras foram iniciadas em 1984, sendo paralisadas dois anos depois. Desde então, na manutenção dos equipamentos já adquiridos, a União investiu R\$ 20 milhões por ano. No dia 25 de junho de 2007 o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu pela retomada das obras de Angra III. Oficialmente se diz que, em equipamentos e obras, ali já tem um terço do que é preciso para Angra III funcionar.

A empresa projetista, Areva, fusão das europeias Framatome com a Siemens, mantém para Angra III o mesmo projeto dos anos 1970. Partem do pressuposto de que, depois de 40 anos, na passagem de um século para o outro, não ocorreram mudanças tecnológicas suficientes para se rever a proposta original. Supõem os dirigentes do setor que o fato dos equipamentos terem ficado armazenados, e agora serão utilizados, não representam riscos para o projeto e tampouco para a segurança da população de Angra dos Reis.

Não é isso que entendem alguns estudiosos do tema. Afinal, o mundo já conviveu com pelo menos três grandes acidentes nucleares e eles deveriam servir de aprendizado para o setor. Em 1979 a usina de *Three Mile Island* (TMI), explodiu nos Estados Unidos; em 1986, foi a vez de Chernobyl, na Ucrânia; em 2011, foi Fukushima no Japão. Nos três casos ocorreram explosões e os reatores fundiram devido a erro de projeto e de procedimentos. Essa lição não foi absorvida por Angra III que mantém o projeto original. E esta falha pode resultar numa tragédia sobre a população local. Afinal, o plano de emergência estabelecido é rejeitado pela população por não dar a segurança. O plano, inclusive, sofreu uma redução: antes o seu alcance era para 15 Km; depois foi reduzido para somente 5 Km.

Por fim, há que se considerar os custos da usina. Nos anos 1980 a Eletronuclear divulgou que Angra III custaria R\$ 7,3 bilhões. Em 2012 as contas foram refeitas e chegaram a R\$ 13,9 bilhões. Hoje já se fala em R\$ 18 bilhões. É importante observar que, nestas contas, não foram incluídos os gastos para manutenção da usina nestes anos, o que significa mais R\$ 600 milhões. Tampouco incluíram os gastos com o futuro descomissionamento da usina, que podem chegar até 60% desse total.

Diante deste cenário de dúvidas, convido os nobres colegas a apoiarem esta proposta. Esta Casa não pode ficar ausente deste debate, e esta Comissão tem o dever de buscar as respostas que a sociedade procura.

Sala das Sessões, de setembro de 2015.

Deputado EDMILSON RODRIGUES

PSOL/PA